

4. HISTÓRIA DA TECNOSSEXUALIDADE

A descontinuidade da história, do corpo, do poder: Foucault descreve as transformações da sociedade europeia do final do século XVIII a partir do que ele chama de uma “sociedade soberana” para uma “sociedade disciplinadora”, o que vê como o deslocamento de uma forma de poder que decide e ritualiza a morte para uma nova forma de poder que planeja tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional. *Biopouvoir* (biopoder) é o termo com que se refere a essa nova forma de poder produtivo, difuso e em expansão. Ultrapassando o domínio jurídico e da esfera punitiva, o poder torna-se uma força de “soma-topoder” que penetra e constitui o corpo do indivíduo moderno. Este poder já não se comporta como uma lei coercitiva, um mandato negativo: é mais versátil e acolhedor, adquirindo a forma de “uma arte de governar a vida”, uma tecnologia política geral transformada em arquiteturas disciplinadoras (prisões, quartéis, escolas, hospitais etc.), textos científicos, tabelas estatísticas, cálculos demográficos, manuais, recomendações de uso, calendários de regulação reprodutiva e projetos de saúde pública. Foucault sublinha a centralidade do sexo e da sexualidade nessa moderna arte de governar a vida. Os processos de biopoder da histerização do corpo feminino, a pedagogia sexual das crianças, a regulação das condutas de procriação e a psiquiatrização de prazeres perversos serão, para Foucault, os eixos deste projeto que ele caracteriza, não sem ironia, como um processo de modernização sexual.¹

¹ Michel Foucault, *Histoire de la sexualité: La volonté de savoir*. Paris:

Seguindo as intuições de Michel Foucault, Monique Wittig e Judith Butler, denomino uma das formas dominantes desta ação biopolítica, que emerge com o capitalismo disciplinar, como sexopolítica.² O sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a sexualidade e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, são três ficções somáticas poderosas que obcecaram o mundo ocidental desde o século XVIII, chegando a definir o escopo de toda atividade teórica, científica e política contemporânea. São ficções somáticas não porque lhes falte realidade material, mas porque sua existência depende do que Judith Butler denominou repetição performativa de processos de construção política.³

O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. Em 1868, as identidades hetero e homossexual foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação taxonômica e psicopatologia. Da

Gallimard, 1976, pp. 136-139 [Ed. bras.: *História da sexualidade: a vontade de saber*, trad. Maria Thereza Albuquerque da Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014]; ver também Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique: Cours au collège de France, 1978-1979*. Paris: Seuil, 2004 [Ed. bras.: *Nascimento da biopolítica*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008].

² Beatriz Preciado, "Multitudes queer". *Multitudes*, Primavera de 2003, pp. 17-25.

³ Ver Judith Butler, *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990 [Ed. bras.: *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*, trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003].

mesma forma, Krafft-Ebing cria uma enciclopédia das sexualidades normais e perversas em que identidades sexuais se tornam objetos de conhecimento, vigilância e repressão jurídica.⁴ No final do século XIX, leis de criminalização da sodomia espalham-se pela Europa. Codifica-se visualmente a "diferença sexual" como verdade anatômica. Concebem-se como entidades anatômicas as trompas de Falópio, as glândulas de Bartholin e o clitóris. Uma das diferenças políticas elementares do Ocidente (ser homem ou mulher) poderia ser resumida a uma equação banal: ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento. Os primeiros experimentos de inseminação artificial foram realizados em animais. Com a ajuda de instrumentos mecânicos, realizaram-se intervenções no domínio da produção do prazer feminino; enquanto, por um lado, se proibiu e se controlou a masturbação, por outro, o orgasmo feminino foi medicalizado e entendido como crise de histeria.⁵ O orgasmo masculino foi mecanizado e domesticado por meio de uma incipiente codificação pornográfica... A maquinaria estava pronta. O corpo, dócil ou raivoso, estava preparado.

Poderíamos denominar de "império sexual" (se pudermos nos permitir sexualizar a casta expressão de Hardt

⁴ Richard Von Krafft-Ebing, *Psychopathia Sexualis: The Classic Study of Deviant Sex*. New York: Arcade, 1998.

⁵ Para uma história visual da histeria, ver Georges Didi-Huberman, *Invention of Hysteria: Charcot and the Photographic Iconography of the Salpêtrière*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004 [Ed. bras.: *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015]. Para uma história das tecnologias do corpo histórico, ver Rachel P. Maines, *The Technology of Orgasm: "Hysteria," Vibrators and Women's Sexual Satisfaction*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.

Seguindo as intuições de Michel Foucault, Monique Wittig e Judith Butler, denomino uma das formas dominantes desta ação biopolítica, que emerge com o capitalismo disciplinar, como sexopolítica.² O sexo, sua verdade, sua visibilidade, suas formas de exteriorização; a sexualidade e as formas de prazer normais e patológicas; e a raça, em sua pureza ou degeneração, são três ficções somáticas poderosas que obcecaram o mundo ocidental desde o século XVIII, chegando a definir o escopo de toda atividade teórica, científica e política contemporânea. São ficções somáticas não porque lhes falte realidade material, mas porque sua existência depende do que Judith Butler denominou repetição performativa de processos de construção política.³

O sexo se tornou parte tão importante dos planos de poder que o discurso sobre a masculinidade e a feminilidade e as técnicas de normatização das identidades sexuais transformaram-se em agentes de controle e padronização da vida. Em 1868, as identidades hetero e homossexual foram inventadas em uma esfera de empirismo, classificação taxonômica e psicopatologia. Da

Gallimard, 1976, pp. 136-139 [Ed. bras.: *História da sexualidade: a vontade de saber*, trad. Maria Thereza Albuquerque da Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014]; ver também Michel Foucault, *Naissance de la biopolitique: Cours au collège de France, 1978-1979*. Paris: Seuil, 2004 [Ed. bras.: *Nascimento da biopolítica*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008].

² Beatriz Preciado, "Multitudes queer". *Multitudes*, Primavera de 2003, pp. 17-25.

³ Ver Judith Butler, *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990 [Ed. bras.: *Problemas de gênero: feminismo e a subversão da identidade*, trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003].

mesma forma, Krafft-Ebing cria uma enciclopédia das sexualidades normais e perversas em que identidades sexuais se tornam objetos de conhecimento, vigilância e repressão jurídica.⁴ No final do século XIX, leis de criminalização da sodomia espalham-se pela Europa. Codifica-se visualmente a "diferença sexual" como verdade anatômica. Concebem-se como entidades anatômicas as trompas de Falópio, as glândulas de Bartholin e o clitóris. Uma das diferenças políticas elementares do Ocidente (ser homem ou mulher) poderia ser resumida a uma equação banal: ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento. Os primeiros experimentos de inseminação artificial foram realizados em animais. Com a ajuda de instrumentos mecânicos, realizaram-se intervenções no domínio da produção do prazer feminino; enquanto, por um lado, se proibiu e se controlou a masturbação, por outro, o orgasmo feminino foi medicalizado e entendido como crise de histeria.⁵ O orgasmo masculino foi mecanizado e domesticado por meio de uma incipiente codificação pornográfica... A maquinaria estava pronta. O corpo, dócil ou raivoso, estava preparado.

Poderíamos denominar de "império sexual" (se pudermos nos permitir sexualizar a casta expressão de Hardt

⁴ Richard Von Krafft-Ebing, *Psychopathia Sexualis: The Classic Study of Deviant Sex*. New York: Arcade, 1998.

⁵ Para uma história visual da histeria, ver Georges Didi-Huberman, *Invention of Hysteria: Charcot and the Photographic Iconography of the Salpêtrière*. Cambridge, MA: MIT Press, 2004 [Ed. bras.: *Invenção da histeria: Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*, trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015]. Para uma história das tecnologias do corpo histórico, ver Rachel P. Maines, *The Technology of Orgasm: "Hysteria," Vibrators and Women's Sexual Satisfaction*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2001.

e Negri)⁶ esse regime biopolítico que usa o sexo, a sexualidade e a identidade sexual como centro somático-político para produção e governo da subjetividade. A sexopolítica disciplinadora ocidental do final do século XIX e durante boa parte do século XX resume-se a uma regulação das condições de reprodução da vida ou aos processos biológicos que “dizem respeito à população”. Para a sexopolítica do século XIX, o corpo heterossexual é o artefato que vai alicerçar o maior sucesso do governo. A mentalidade heterossexual (*straight mind*), para retomar a expressão que Monique Wittig elaborou nos anos 1980 para designar a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um regime político,⁷ assegura a relação estrutural entre a produção da identidade sexual e a produção de certas partes do corpo (em detrimento de outras) como órgãos reprodutivos. Uma importante tarefa desse trabalho disciplinador consiste em extrair o ânus dos circuitos de produção e prazer. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “o ânus foi o primeiro órgão privatizado, colocado fora do campo social. O ânus serviu como modelo de toda privatização posterior, ao mesmo tempo em que o dinheiro veio para expressar o novo estado de abstração de fluxos”.⁸ O ânus como centro de produção de prazer (e, neste sentido, intimamente relacionado à boca ou à mão, órgãos que serão também fortemente controlados pela regulação sexopolítica do século XIX

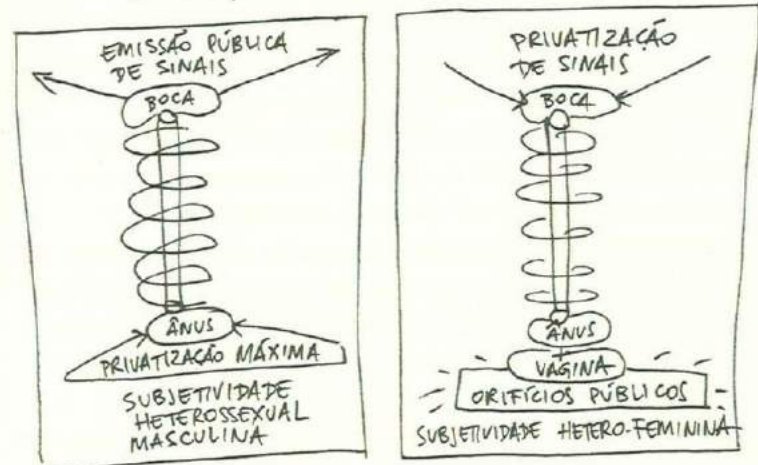
6 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*. Paris: Exils, 2000 [Ed. bras: *Império*, trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001].

7 Monique Wittig, *La Pensée straight*. Paris: Balland, 2001, pp. 65-76.

8 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Anti-Oedipus*. Londres: Continuum, 2004, p. 157 [Ed. bras.: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, trad. Luis B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010].

contra a masturbação e a homossexualidade) não tem gênero. Nem feminino nem masculino, o ânus produz um curto-circuito na divisão dos sexos. Como centro da passividade primordial e abjeto por excelência, posicionado perto do detrito e da merda, serve como o buraco negro universal pelo qual avançam os gêneros, os sexos, as identidades e o capital. O Ocidente é desenhado como um tubo com dois orifícios: uma boca emissora de sinais públicos e um ânus impenetrável ao redor do qual gira a subjetividade masculina e heterossexual que adquire *status* de corpo socialmente privilegiado.

2 FICÇÕES SOMÁTICAS HETEROSSEXUAIS



e Negri)⁶ esse regime biopolítico que usa o sexo, a sexualidade e a identidade sexual como centro somático-político para produção e governo da subjetividade. A sexopolítica disciplinadora ocidental do final do século XIX e durante boa parte do século XX resume-se a uma regulação das condições de reprodução da vida ou aos processos biológicos que “dizem respeito à população”. Para a sexopolítica do século XIX, o corpo heterossexual é o artefato que vai alicerçar o maior sucesso do governo. A mentalidade heterossexual (*straight mind*), para retomar a expressão que Monique Wittig elaborou nos anos 1980 para designar a heterossexualidade não como uma prática sexual, mas como um regime político,⁷ assegura a relação estrutural entre a produção da identidade sexual e a produção de certas partes do corpo (em detrimento de outras) como órgãos reprodutivos. Uma importante tarefa desse trabalho disciplinador consiste em extrair o ânus dos circuitos de produção e prazer. Nas palavras de Deleuze e Guattari, “o ânus foi o primeiro órgão privatizado, colocado fora do campo social. O ânus serviu como modelo de toda privatização posterior, ao mesmo tempo em que o dinheiro veio para expressar o novo estado de abstração de fluxos”.⁸ O ânus como centro de produção de prazer (e, neste sentido, intimamente relacionado à boca ou à mão, órgãos que serão também fortemente controlados pela regulação sexopolítica do século XIX

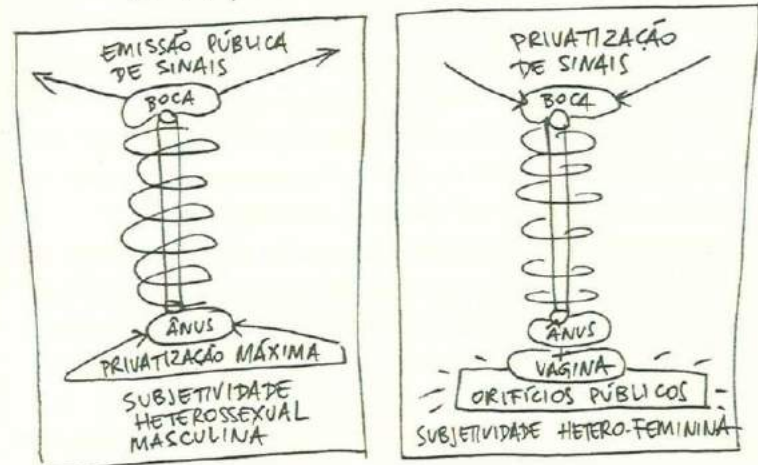
6 Michael Hardt e Antonio Negri, *Empire*. Paris: Exils, 2000 [Ed. bras: *Império*, trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001].

7 Monique Wittig, *La Pensée straight*. Paris: Balland, 2001, pp. 65-76.

8 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Anti-Oedipus*. Londres: Continuum, 2004, p. 157 [Ed. bras.: *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, trad. Luis B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010].

contra a masturbação e a homossexualidade) não tem gênero. Nem feminino nem masculino, o ânus produz um curto-circuito na divisão dos sexos. Como centro da passividade primordial e abjeto por excelência, posicionado perto do detrito e da merda, serve como o buraco negro universal pelo qual avançam os gêneros, os sexos, as identidades e o capital. O Ocidente é desenhado como um tubo com dois orifícios: uma boca emissora de sinais públicos e um ânus impenetrável ao redor do qual gira a subjetividade masculina e heterossexual que adquire *status* de corpo socialmente privilegiado.

2 FICÇÕES SOMÁTICAS HETEROSSEXUAIS



Até o século XVII, a epistemologia sexual do regime soberano era dominada pelo que o historiador Thomas Laqueur denomina de “um sistema de similaridades”; a anatomia sexual feminina foi estabelecida como uma variação frágil, interiorizada e degenerada do único sexo que possuía uma existência ontológica, o masculino.⁹ Os ovários eram considerados os testículos internos, e a vagina seria um pênis invertido que serve de receptáculo para os órgãos sexuais masculinos. O aborto e o infanticídio, práticas correntes daquele tempo, não eram regulados pelo aparato legal do Estado, mas por diferentes micropoderes econômico-políticos aos quais os corpos gestantes se encontravam ligados em cada caso — a tribo, a casa feudal, o *pater familias* etc. Duas expressões sociais e políticas diferenciadas hierarquicamente dividem a superfície do modelo “monossexual”: o “homem”, o modelo perfeito do humano, e a “mulher”, o receptáculo reprodutivo. No regime soberano, a masculinidade é a única ficção somática com poder político. A masculinidade (incorporada pelas figuras do rei e do pai) é definida por técnicas necropolíticas: o rei e o pai são aqueles que têm o direito de tirar a vida. A atribuição do sexo depende não só da morfologia exterior dos órgãos sexuais, mas, e sobretudo, da capacidade reprodutiva e do papel social. Assim, por exemplo, uma mulher barbuda capaz de engravidar, colocando uma criança no mundo e cuidando dela, é considerada uma mulher, independentemente da forma e do tamanho de sua vulva. Nessas configurações somatopolíticas, o sexo e a sexualidade (observe

9 Thomas Laqueur, *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, pp. 63-108 [Ed. bras.: *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001].

que o próprio termo *sexualidade* não será inventado até 1880) ainda não equivalem a categorias de conhecimento ou técnicas de subjetivação suscetíveis de ultrapassar as segmentações políticas que separam o escravo do homem livre, o cidadão do imigrante ou o senhor do servo. Isso não quer dizer que não houvesse diferenças entre masculinidade e feminilidade, ou entre diferentes modos de produzir prazer sexual, e sim que estes ainda não determinavam as cristalizações da subjetividade sexopolítica.

No começo do século XVIII, ganha forma um regime sexopolítico novo e visual, dependente de um “sistema de oposições” — e já não de “similaridades”. Ele mapeia uma nova anatomia sexual em que o sexo feminino não é mais uma inversão ou uma interiorização do sexo masculino, mas sim um sexo inteiramente diferente, cujas formas e funções respondem à própria lógica anatômica. De acordo com Thomas Laqueur, a invenção do que poderia ser chamado de estética da diferença sexual (e racial) é necessária para estabelecer uma hierarquia político-anatômica entre os sexos (masculino e feminino) e as raças (brancos e não brancos) em caso de agitações resultantes dos movimentos de revolução e liberação que clamam pela ampliação da esfera pública para mulheres e estrangeiros. É aqui que a verdade anatômica passa a funcionar como a legitimação de uma nova organização política do campo social.¹⁰

A mudança que vai dar à luz o regime disciplinar começa com a gestão política da sífilis, o advento da diferença sexual, a repressão técnica da masturbação e a invenção das identidades sexuais.¹¹ O auge dessas

10 Thomas Laqueur, *Making Sex*, op. cit., pp. 149-192.

11 Ver Thomas Laqueur, *Solitary sex. A cultural history of masturbation*. New York: Zone Books, 2003.

Até o século XVII, a epistemologia sexual do regime soberano era dominada pelo que o historiador Thomas Laqueur denomina de “um sistema de similaridades”; a anatomia sexual feminina foi estabelecida como uma variação frágil, interiorizada e degenerada do único sexo que possuía uma existência ontológica, o masculino.⁹ Os ovários eram considerados os testículos internos, e a vagina seria um pênis invertido que serve de receptáculo para os órgãos sexuais masculinos. O aborto e o infanticídio, práticas correntes daquele tempo, não eram regulados pelo aparato legal do Estado, mas por diferentes micropoderes econômico-políticos aos quais os corpos gestantes se encontravam ligados em cada caso — a tribo, a casa feudal, o *pater familias* etc. Duas expressões sociais e políticas diferenciadas hierarquicamente dividem a superfície do modelo “monossexual”: o “homem”, o modelo perfeito do humano, e a “mulher”, o receptáculo reprodutivo. No regime soberano, a masculinidade é a única ficção somática com poder político. A masculinidade (incorporada pelas figuras do rei e do pai) é definida por técnicas necropolíticas: o rei e o pai são aqueles que têm o direito de tirar a vida. A atribuição do sexo depende não só da morfologia exterior dos órgãos sexuais, mas, e sobretudo, da capacidade reprodutiva e do papel social. Assim, por exemplo, uma mulher barbuda capaz de engravidar, colocando uma criança no mundo e cuidando dela, é considerada uma mulher, independentemente da forma e do tamanho de sua vulva. Nessas configurações somatopolíticas, o sexo e a sexualidade (observe

9 Thomas Laqueur, *Making Sex: Body and Gender from the Greeks to Freud*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992, pp. 63-108 [Ed. bras.: *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001].

que o próprio termo *sexualidade* não será inventado até 1880) ainda não equivalem a categorias de conhecimento ou técnicas de subjetivação suscetíveis de ultrapassar as segmentações políticas que separam o escravo do homem livre, o cidadão do imigrante ou o senhor do servo. Isso não quer dizer que não houvesse diferenças entre masculinidade e feminilidade, ou entre diferentes modos de produzir prazer sexual, e sim que estes ainda não determinavam as cristalizações da subjetividade sexopolítica.

No começo do século XVIII, ganha forma um regime sexopolítico novo e visual, dependente de um “sistema de oposições” — e já não de “similaridades”. Ele mapeia uma nova anatomia sexual em que o sexo feminino não é mais uma inversão ou uma interiorização do sexo masculino, mas sim um sexo inteiramente diferente, cujas formas e funções respondem à própria lógica anatômica. De acordo com Thomas Laqueur, a invenção do que poderia ser chamado de estética da diferença sexual (e racial) é necessária para estabelecer uma hierarquia político-anatômica entre os sexos (masculino e feminino) e as raças (brancos e não brancos) em caso de agitações resultantes dos movimentos de revolução e liberação que clamam pela ampliação da esfera pública para mulheres e estrangeiros. É aqui que a verdade anatômica passa a funcionar como a legitimação de uma nova organização política do campo social.¹⁰

A mudança que vai dar à luz o regime disciplinar começa com a gestão política da sífilis, o advento da diferença sexual, a repressão técnica da masturbação e a invenção das identidades sexuais.¹¹ O auge dessas

10 Thomas Laqueur, *Making Sex*, op. cit., pp. 149-192.

11 Ver Thomas Laqueur, *Solitary sex. A cultural history of masturbation*. New York: Zone Books, 2003.

tecnologias rígidas e pesadas de produção de identidade sexual será alcançado em 1868, com a patologização da homossexualidade e a normatização burguesa da heterossexualidade. A partir de então, o aborto e o infanticídio pós-parto estarão sujeitos à vigilância e à punição da lei. O corpo e seus produtos se tornarão propriedade do masculino/marido/pai e, por extensão, do Estado e de Deus.

Nesse sistema de reconhecimento, qualquer divergência corporal da norma (como tamanho e forma dos órgãos sexuais, pilosidade facial e forma e tamanho dos seios) é considerada uma monstruosidade, uma violação das leis da natureza ou uma perversão, uma violação das leis morais. Da mesma forma que a diferença sexual é elevada a uma categoria não apenas natural, mas também transcendental (superando os contextos históricos e culturais), as diferenças entre homossexualidade e heterossexualidade aparecem como anatômicas e psicológicas, e o mesmo acontece com o sadismo, o masoquismo e a pedofilia; entre normalidade e perversão. Aquelas que até então eram consideradas simples práticas sexuais se transformam em identidades e condições que devem ser estudadas, registradas, perseguidas e caçadas, castigadas e curadas. Cada corpo, como nos diz Foucault,¹² torna-se “um indivíduo que é preciso corrigir”.¹² Inventam-se, assim, a criança masturbadora e o monstro sexual. Sob este novo olhar epistemológico, a mulher barbada se transforma ou em objeto de observação científica ou em atração circense no novo aglomerado urbano. Este duplo movimento em direção à vigilância médico-jurídica e à espetacularização

¹² Michel Foucault, *Les anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Gallimard, 1999, p. 53 [Ed. bras.: *Os anormais*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010].

midiática, intensificado pelas técnicas digitais e de processamento de dados e pelas redes de comunicação, será uma das características do regime farmacopornográfico que começa sua expansão em meados do século XX.

Os dispositivos sexopolíticos que se desenvolvem com a estética da diferença sexual e das identidades sexuais no século XIX são técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo. E aqui podemos listar uma longa coleção de fenômenos resultantes: o atlas de anatomia sexual, os tratados de otimização dos recursos naturais proporcional ao crescimento da população, os textos jurídicos sobre a criminalização do travestismo ou da sodomia, a amarração das mãos da menina masturbadora à cama, ferros que separam as pernas das jovens históricas, filmes fotográficos de nitrato de prata sobre os quais se gravam as imagens do ânus dilatado de homossexuais passivos, as camisas de força que prendem o corpo indomável da mulher masculinizada... Estes dispositivos para a produção da subjetividade sexual tomam a forma de arquiteturas políticas *exteriores* ao corpo. Seus sistemas têm um comando firme das políticas ortopédicas e dos exoesqueletos disciplinares. O modelo para estas técnicas de subjetivação, de acordo com Foucault, poderia ser a arquitetura de Jeremy Bentham para a fábrica-prisão (o panóptico, em particular), o asilo ou os quartéis militares. Se pensarmos os dispositivos de subjetivação sexopolítica, precisamos falar também da expansão de uma rede de “arquitetura doméstica”. Estas extensivas, intensivas e, sobretudo, íntimas formas arquitetônicas incluem uma redefinição dos espaços privados e públicos, a administração do comércio sexual, mas também dispositivos ginecológicos e invenções da ortopedia sexual, assim como novas técnicas midiáticas

tecnologias rígidas e pesadas de produção de identidade sexual será alcançado em 1868, com a patologização da homossexualidade e a normatização burguesa da heterossexualidade. A partir de então, o aborto e o infanticídio pós-parto estarão sujeitos à vigilância e à punição da lei. O corpo e seus produtos se tornarão propriedade do masculino/marido/pai e, por extensão, do Estado e de Deus.

Nesse sistema de reconhecimento, qualquer divergência corporal da norma (como tamanho e forma dos órgãos sexuais, pilosidade facial e forma e tamanho dos seios) é considerada uma monstruosidade, uma violação das leis da natureza ou uma perversão, uma violação das leis morais. Da mesma forma que a diferença sexual é elevada a uma categoria não apenas natural, mas também transcendental (superando os contextos históricos e culturais), as diferenças entre homossexualidade e heterossexualidade aparecem como anatômicas e psicológicas, e o mesmo acontece com o sadismo, o masoquismo e a pedofilia; entre normalidade e perversão. Aquelas que até então eram consideradas simples práticas sexuais se transformam em identidades e condições que devem ser estudadas, registradas, perseguidas e caçadas, castigadas e curadas. Cada corpo, como nos diz Foucault,¹² torna-se “um indivíduo que é preciso corrigir”.¹² Inventam-se, assim, a criança masturbadora e o monstro sexual. Sob este novo olhar epistemológico, a mulher barbada se transforma ou em objeto de observação científica ou em atração circense no novo aglomerado urbano. Este duplo movimento em direção à vigilância médico-jurídica e à espetacularização

¹² Michel Foucault, *Les anormaux. Cours au Collège de France, 1974-1975*. Paris: Gallimard, 1999, p. 53 [Ed. bras.: *Os anormais*, trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010].

midiática, intensificado pelas técnicas digitais e de processamento de dados e pelas redes de comunicação, será uma das características do regime farmacopornográfico que começa sua expansão em meados do século XX.

Os dispositivos sexopolíticos que se desenvolvem com a estética da diferença sexual e das identidades sexuais no século XIX são técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo. E aqui podemos listar uma longa coleção de fenômenos resultantes: o atlas de anatomia sexual, os tratados de otimização dos recursos naturais proporcional ao crescimento da população, os textos jurídicos sobre a criminalização do travestismo ou da sodomia, a amarração das mãos da menina masturbadora à cama, ferros que separam as pernas das jovens históricas, filmes fotográficos de nitrato de prata sobre os quais se gravam as imagens do ânus dilatado de homossexuais passivos, as camisas de força que prendem o corpo indomável da mulher masculinizada... Estes dispositivos para a produção da subjetividade sexual tomam a forma de arquiteturas políticas *exteriores* ao corpo. Seus sistemas têm um comando firme das políticas ortopédicas e dos exoesqueletos disciplinares. O modelo para estas técnicas de subjetivação, de acordo com Foucault, poderia ser a arquitetura de Jeremy Bentham para a fábrica-prisão (o panóptico, em particular), o asilo ou os quartéis militares. Se pensarmos os dispositivos de subjetivação sexopolítica, precisamos falar também da expansão de uma rede de “arquitetura doméstica”. Estas extensivas, intensivas e, sobretudo, íntimas formas arquitetônicas incluem uma redefinição dos espaços privados e públicos, a administração do comércio sexual, mas também dispositivos ginecológicos e invenções da ortopedia sexual, assim como novas técnicas midiáticas

de controle e representação (fotografia, cinema, pornografia incipiente) e desenvolvimento em massa das técnicas psicológicas de introspecção e confissão.

Se é verdade que a análise de Foucault até este ponto, embora nem sempre cronologicamente exata, parece ter grande acuidade crítica, não é menos verdade que ela perde intensidade à medida que se aproxima da sociedade contemporânea. Foucault negligencia a emergência de um conjunto de profundas transformações das tecnologias de produção do corpo e da subjetividade que apareceram progressivamente com o começo da Segunda Guerra Mundial. Essas transformações nos obrigam a conceitualizar um terceiro regime de subjetivação, um terceiro sistema de saber-poder, que não é soberano nem disciplinar, nem pré-moderno nem moderno. No epílogo de *Mil platôs*, Deleuze e Guattari, inspirando-se em Williams S. Burroughs, usam o termo “sociedade de controle”¹³ para nomear este “novo monstro” da organização social que é um subproduto do controle biopolítico. Acrescentando noções inspiradas pela leitura de Burroughs e de Charles Bukowski, prefiro denominá-la de “sociedade farmacopornográfica”. A ejaculação politicamente programada é a moeda desse novo controle molecular-informático. ←

Após a Segunda Guerra Mundial, o contexto somatopolítico da produção tecnopolítica do corpo parece dominado por uma série de novas tecnologias do corpo (biotecnologia, cirurgia, endocrinologia, engenharia genética etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, internet,

¹³ Gilles Deleuze, “Post-scriptum sur les sociétés de contrôle”, in *Pourparlers*. Paris: Minuit, 1990, p. 241 [Ed. bras.: “Post-scriptum sobre a sociedade de controle”, in *Conversações*, trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 2013].

videogame etc.) que se infiltram e penetram como nunca a vida cotidiana. Trata-se de tecnologias biomoleculares, digitais e de transmissão de informação em alta velocidade. Esta é a era das tecnologias suaves, ligeiras, viscosas e gelatinosas que podem ser injetadas, inaladas — “incorporadas”. A testosterona que eu utilizo é uma das novas tecnologias gelatinosas.

Esses três regimes de produção de corpos e subjetividades sexuais não deveriam ser entendidos como meros períodos históricos. O regime disciplinar não apaga as técnicas de soberania necropolítica. Da mesma forma, o regime farmacopornográfico não oblitera totalmente as técnicas biopolíticas disciplinares. Três técnicas diferentes e conflitantes de regime de poder estão justapostas e atuam no corpo produzindo nosso sujeito contemporâneo e nossa ficção somática.

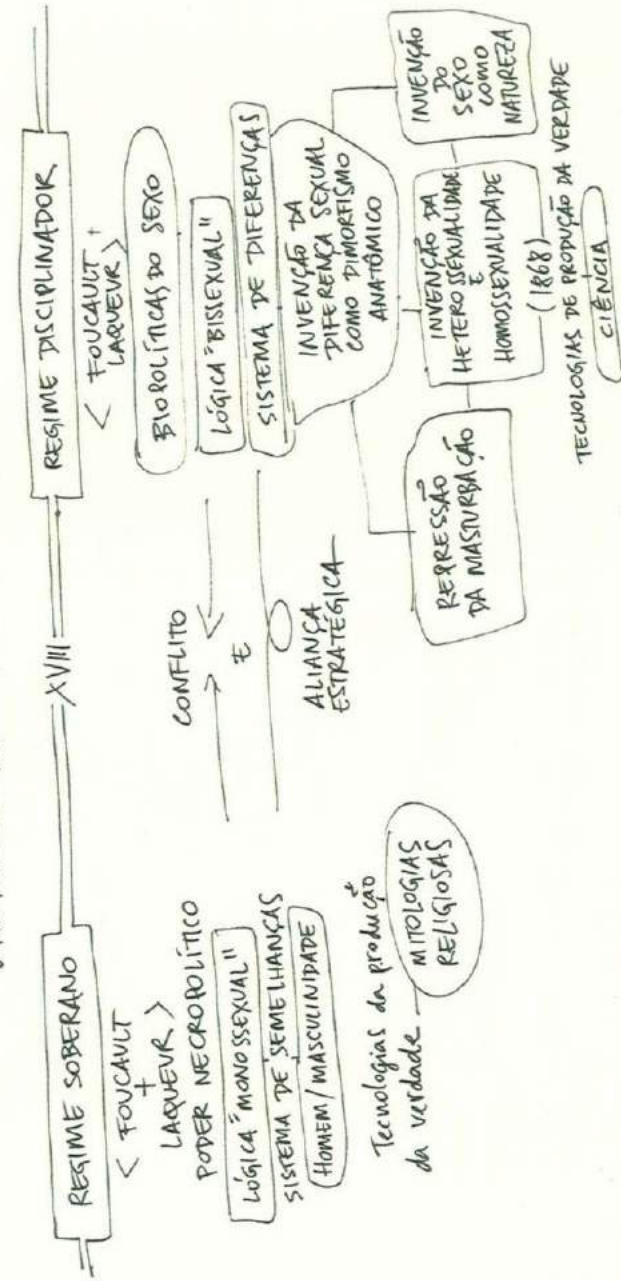
Na sociedade disciplinar, as tecnologias de subjetivação controlavam o corpo a partir do exterior como um aparato ortoarquitetônico, mas na sociedade farmacopornográfica as tecnologias se tornam parte do corpo: diluem-se nele, tornando-se *somatécnicas*.¹⁴ Como resultado, a relação corpo-poder torna-se tautológica: a tecnopolítica assume a forma do corpo, é incorporada. Um dos primeiros sinais de transformação do regime do somatopoder em meados do século XX foi a eletrificação, a digitalização e a molecularização desses dispositivos de controle e produção da diferença sexual e das identidades sexuais. Pouco a pouco,

¹⁴ No começo dos anos 2000, um grupo de acadêmicos da Universidade Macquarie, incluindo Susan Stryker, criou o termo *somatechnics* para destacar a complexa relação entre corpo e tecnologia. A tecnologia não acrescenta algo a determinado corpo, e sim é o próprio meio pela qual a corporeidade é fabricada.

os mecanismos ortopédico-sexuais e arquitetônicos disciplinadores foram absorvidos por técnicas microinformáticas leves e de rápida transmissão, bem como por técnicas audiovisuais e farmacológicas. Se a arquitetura e a ortopedia servem como modelos para entender a relação corpo-poder na sociedade disciplinadora, na sociedade farmacopornográfica os modelos de controle do corpo são microprotéticos: agora, o poder atua por meio de moléculas incorporadas ao nosso sistema imunológico; o silicone toma a forma de seios, neurotransmissores alteram nossas percepções e comportamento; hormônios produzem seus efeitos sistêmicos sobre a fome, o sono, a excitação sexual, a agressividade e a decodificação social da nossa feminilidade e masculinidade.

Testemunhamos progressivamente a miniaturização, internalização e introversão reflexiva (movimento de torção para o interior, para o espaço considerado como íntimo e privado) dos mecanismos de controle e vigilância do regime sexopolítico disciplinador. Essas novas tecnologias suaves de microcontrole adotam a forma do corpo que controlam, transformam-se em corpo, até se tornarem inseparáveis e indistinguíveis dele, acabando como soma-tecno-subjetividades. O corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles. A estrutura orgânica e biomolecular do corpo é o último esconderijo desses sistemas biopolíticos de controle. Esse momento contém todo o horror e a exaltação da potência política do corpo.

≠ EPISTEMOLOGIA SEXUAL DO OCIDENTE



TECNOLOGIAS DA GUERRA

1950

ENERGIA NUCLEAR
TEMPOS PLÁSTICOS

MEIO AMBIENTE TOXICO

RESUME FARMACOPORNOGRÁFICO

Foucault + Deleuze + Guattari + Butler + Rubin

ERA PÓS-SEXUAL

CORPO VULNERÁVEL → PRÓTESES POLÍTICAS

MODELO SEXO-GÊNERO

SISTEMA DE SIMILARIDADES SIMÉTRICAS E DIFERENÇAS

TRANSFORMAÇÃO DA PORNOGRAFIA EM CULTURA POPULAR

INVENÇÃO DA NOÇÃO DE GÊNERO COMO FERRAMENTA CLÍNICA

↓ J. MONEY

ADMINISTRAÇÃO ENDOCRINOLÓGICA DAS IDENTIDADES SEXUAIS

HORMÔNIOS

SEPARAÇÃO TÉCNICA DA HETEROSEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

PÍLULA

CIRCUITO DE INFORMAÇÃO PORNO-DIGITAL

INTERSEXUALIDADE TRANSEXUALIDADE

PRODUÇÃO FARMACOPORNOGRÁFICA DA SUBJETIVIDADE